

ciência de si mesmo e que tudo aquilo que revela como sua identidade nada mais é senão os conceitos rotuladores que lhe indicam um lugar na marginalização social, sustentada pelo sistema ideológico em que vivemos. Os meninos se acham incapazes não porque o sejam, mas porque pessoas pertencentes a classes diferentes afirmam que, em sua totalidade, eles são incapazes, marginais.

Um momento maior dos meninos

É na Assembléia que eles revelam o seu corpo — com suas feridas, queimaduras, roupas esfarrapadas, sua cor negra (em sua maioria) — como o único mensageiro, para a sociedade, daquilo que lhe fizeram. Em compensação, essa sociedade tem a seu favor — contra esses meninos — os meios de comunicação de massa, as diversas instituições, os políticos, os policiais, os empresários e, enfim, as pessoas de sua própria classe social.

Lado a lado, num círculo inacabado, a Assembléia concretamente nos diz do lugar que os meninos ocupam numa sociedade em que a Justiça e o Direito são relativos aos interesses de uma minoria que detém a maioria dos instrumentos convencionais de dominação.

É na Assembléia, momento maior da fala dos meninos, que descobrimos alguns conceitos básicos que podem orientar a atuação da sociedade como um todo na relação com esses meninos.

A Assembléia também nos fala de um espaço em que se constrói outro tipo de relacionamento. Ela nos aparece, de alguma forma, como um lugar da contra-instituição, da contra-ordem, no sentido de ser a possibilidade de instaurar uma nova maneira de organização; uma outra possibilidade de se pensar e de poder falar de si. Dessa maneira, é o espaço em que se discutem a convivência, as normas, enfim, tudo o que nos torna uma comunidade.

Na Assembléia, nós, educadores, vivenciamos a angústia do enfrentamento com diferentes instâncias institucionais que inviabilizam, permanentemente, a materialização de propostas de um trabalho que possibilite um novo lugar para esses meninos”.



Na condição de supervisora, Mari-sa Estela S. Tejera tece uma série de considerações, com caráter de auto-avaliação, sobre os dilemas de trabalhar no Projeto da Casa como um processo aberto que, por analogia, lembra os versos do poeta sobre o caminhante que faz caminho ao caminhar:

“Acontecendo é a sensação que nos percorre quando falamos no Projeto. Ele está acontecendo, está sendo possível, está delineando-se, enfim, nós o estamos vivendo ainda. É nesse sentido que não temos definições acabadas, teorizações definitivas, propostas estruturadas. A experiência nos aparece como uma vivência intensa, sempre nova, sempre imprevisível, que nos diz da irrupção. Os meninos são surpreendentes, no sentido amplo da palavra, do que ‘sur-preende’, do que nos aprisiona e, ao mesmo tempo, mantém esse caráter constante de surpresa.

Muitas coisas têm sido reformuladas no Projeto, muito se repensou e se discutiu. O projeto inicial não é o mesmo, por diversas razões como, por exemplo, a dificuldade com as leis, com os horários, enfim, com tudo aquilo que pretendia guardar uma certa organização.

Avallando algumas atividades

A musicoterapia não foi bem aceita pelo grupo. Nossa colega Ivana Maria F. Vieira nos diz que é preciso trabalhar de uma forma menos direcionada. São os meninos que demandam essa abordagem. Assim é possível integrá-los com o trabalho, com a proposta, criar um movimento. A musicoterapia se integra nas outras atividades e no cotidiano da Casa.

A mesma coisa aconteceu com a arte-terapia: de um momento de enriquecimento inicial à possibilidade de elaborar painéis, cenários, peças de teatro, enfim, são muitos os exemplos que teríamos para relatar e as discussões que poderíamos levantar. Queremos, porém, deixar claro que essa idéia de movimento é o que se impõe.

Um momento de reflexão

A Casa da Rua Ubá não é um lugar de permanência, não é um lugar de chegada. A trajetória dos meninos não acaba ali e, pelo menos, não é essa a nossa pretensão. Ela é, essencialmente, um lugar de trânsito, de passagem, de abertura para outros espaços.

Muitas determinantes têm atravessado nosso trabalho: a dificuldade de concretizar uma forma de geração de renda, as ambigüidades das respostas institucionais etc.

Podemos perguntar-nos o que torna possível concretizar um projeto. Aqui nos referimos, em primeiro lugar, à Febem. Somos uma equipe que, de uma forma provisória ou não, está vinculada a uma Instituição, mas nenhuma instituição é inteira. Ela tem porosidades, suas aberturas, que a tornam incentivadora e sabotadora ao mesmo tempo.

A análise institucional tem-nos ensinado que o mesmo lugar que possibilita é o que paralisa. Temos vivido isso muito claramente. Foram constantes, por exemplo, os enfrentamentos, os desentendimentos, os mal-entendidos entre a Casa da Rua Ubá e o CERT (Centro de Triagem da FEBEM). Podemos pensar que tudo é FEBEM, mas isso não é tão claro assim. O movimento das instituições não é linear, não é único, mas contraditório, seguindo caminhos que nos dizem do possível e impossível, ao mesmo tempo.

Sentimos a pressão da sociedade, do que está ‘fora’. Nos passeios, as pessoas olhavam o grupo de uma forma desconfiada e receosa. Nas negativas dos proprietários quando se tentava alugar uma casa: se é para meninos de rua, não se aluga — era o que nos diziam.

É possível que tudo isso tenha contribuído para tornar-nos uma mini-comunidade que se autodefende, que se coloca contra algo, que pensa, ilusoriamente, que o inimigo está fora. Esta é uma das tantas questões que ficam para ser pensadas com mais rigor por parte de nosso grupo de técnicos.

Por sua vez, os meninos são um desafio constante. Nada do que era possível fazer em outras situações, com outros meninos, em outras escolas, era possível fazer na Casa. Tudo precisava ser reformulado constantemente: a forma de aproximação, as estratégias de trabalho, as técnicas de alfabetização, as práticas pedagógicas. Parece que nada do que era conhecido antes podia ser pensado como referência.

Não obstante, nesse aparente caos, algumas coisas se delineavam e se

marcavam com uma significação especial na Casa. A Assembléia, por exemplo, tornava-se um momento comunitário de trabalho de todos, de discussão e de reflexão acerca do dia-a-dia, enfim, um espaço privilegiado em que se pensavam as questões que inquietavam a mini comunidade. Julgávamos que a Casa tinha nela uma forma peculiar de tornar coletivos os conteúdos, as vivências pessoais. A Assembléia nos mostrava que ela acontecia de uma forma nova, inesperada para nós, mas configurada como

um espaço singular de convivência.

Permanecem grandes interrogações: trata-se de caminhar por algumas estradas já abandonadas, outras jamais percorridas, para chegar a um ponto que ainda desconhecemos."

o o o

Todos os relatos foram extraídos do livro Um tiro de amor para todos vocês. Aos interessados, maiores informações podem ser obtidas pelo telefone (031) 463-0888, ramal 192, em Belo Horizonte, MG.

Autogoverno: uma alternativa educacional

Sérgio Antonio da Silva Leite

Quando jovens e adultos, vivendo em instituições sociais corretivas ou educacionais, não têm oportunidade de participar na elaboração das normas que regerão suas próprias relações, observa-se frequentemente, como conseqüência, o desenvolvimento de todo um código informal de normas, paralelamente ao "código oficial" imposto. Esse código informal é que efetivamente controlará as relações da população institucionalizada, visto que foi elaborado com a participação efetiva de seus membros, sendo fruto, portanto, de suas necessidades reais. Vide o exemplo do que ocorre nas penitenciárias e antigos reformatórios.

A análise da literatura demonstra várias experiências educacionais, a maioria com jovens considerados "pré-delinqüentes ou delinqüentes", planejadas e desenvolvidas de acordo com o princípio acima exposto, as quais podem ser agrupadas sob o título de autogoverno. Neill planejou *Summerhill* com essas características; Empey relata resultados animadores no trabalho com "delinqüentes"; Phillips e Phillips desenvolveram em Kansas City (USA) procedimentos de autogoverno nos lares, conhecidos como Achievement Place.

Mas, sem dúvida, foi Makarenko, o grande educador russo, que melhor desenvolveu e refletiu sobre os fundamentos do auto-governo, a partir do seu trabalho com delinqüentes, na Colônia Gorky, no período pós-revolução; os seus *Poemas Pedagógicos* são leitura obriga-

tória para os atuais educadores que atuam com menores e adolescentes institucionalizados.

Em linhas gerais, o autogoverno é um procedimento institucional em que os jovens devem discutir e estabelecer todas as normas que regerão seus comportamentos e suas relações dentro e fora da instituição. Todas as experiências têm em comum a existência de uma instância (assembléia, conselho, reunião geral etc.) decisória, que se reúne sistematicamente, onde todos decidem sobre tudo. Contam com a participação de educadores muito bem preparados, que participam fundamentalmente como instigadores e animadores do grupo. No entanto, sua opinião vale apenas um voto.

Esses autores relatam entusiasticamente os resultados: a situação de auto governo tem-se mostrado como uma grande alternativa no sentido de representar um processo eficiente que garante a aprendizagem dos princípios sociais básicos para as relações humanas, como a questão dos direitos e deveres, o respeito às necessidades coletivas e aos direitos individuais, desenvolvimento da noção de justiça e a própria questão da necessidade da organização grupal para o enfrentamento dos problemas comuns. Neste sentido, é fundamental a questão do tempo para o desenvolvimento do processo.

Pode-se perceber, no entanto, que uma das condições fundamentais para o sucesso da proposta é que os educadores estejam plenamente con-

victos dos seus pressupostos filosóficos subjacentes, os quais implicam não só a proposta educacional, mas principalmente uma determinada concepção de Homem e de Mundo coerente com a mesma. No autogoverno, a questão central é a idéia de que a solução para os problemas humanos não está a nível individual, mas sim a nível do coletivo, e neste sentido é uma proposta educacional concreta, que não fica só no discurso.

Outra condição fundamental é que o autogoverno implica uma outra maneira de se pensar a instituição, pois coloca efetivamente o educando como centro do processo e, de novo, concretiza a idéia indo muito além do nível do discurso.

Em suma, o autogoverno representa uma condição educacional muito rica não só para os jovens e adolescentes, mas também para os educadores que a desenvolvem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MAKARENKO, A. S. *The road to life*. Moscow, Foreign Language Publishing House, 1953.
- MAKARENKO, A. S. *Poema Pedagógico* V 1/2. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- EMPEY L. T. *The provo experiment: a brief review*, Califórnia, Youth Studies Center, University of Southern, 1966.
- PHILLIPS, E. L. Achievement Place: token reinforcement procedures in a homestyle rehabilitation setting for "pre-delinquent" boys. *Journal of Applied Behavior Analysis* 1968, 1, 213-223
- NEILL, A. S. *Summerhill*. New York, Hart Publishing, 1960